

**A GEOGRAFICIDADE NOS DIÁRIOS DE TRABALHO DOS AGENTES
AGROFLORESTAIS INDÍGENAS DO ACRE**

***LA GEOGRAFICIDAD EM LOS DIARIOS DE TRABAJO DE LOS AGENTES
AGROFORESTALES INDÍGENAS DE ACRE***

***GEOGRAPHICITY IN THE WORK DIARIES OF INDIGENOUS AGROFORESTRY
AGENTS OF ACRE***



Renato Antonio GAVAZZI ¹
e-mail: regazzi31@yahoo.com.br



Daniela MARCHESE ²
e-mail: danimare@libero.it

Como referenciar este artigo:

GAVAZZI, Renato Antonio; MARCHESE, Daniela. A geograficidade nos diários de trabalho dos agentes agroflorestais indígenas do Acre. **Revista Geografia em AtoS**, Presidente Prudente, v. 10, n. 00, e026007, 2026. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2026.11217>.



| Submetido em: 30/09/2025
| Revisões requeridas em: 08/01/2026
| Aprovado em: 27/01/2026
| Publicado em: 17/06/2026

Editores: Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Profa. Me. Karina Malachias Domingos dos Santos

¹ Comissão Pró Indígenas do Acre (CPI/Acre), Rio Branco – Acre (AC) – Brasil. Geógrafo e Indigenista, CPI/Acre. Renato Antonio Gavazzi é geógrafo e indigenista, especialista em Agricultura Biodinâmica pelo Emerson College (1989) e mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Desde 1983, atua junto a diversos povos indígenas na formação de recursos humanos, com destaque para a capacitação de professores, agentes de saúde e agentes agroflorestais. É coordenador pedagógico da formação de agentes agroflorestais indígenas pela Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI-AC) e integra o Laboratório de materiais Didáticos (LAMADI/USP).

² Universidade de Verona (UNIVR), Verona – Itália. *Cultrice della Materia*. Mestre em Filosofia e doutora em Antropologia pela Universidade de Siena, Itália (2012). Atua na Universidade de Verona como Cultrice della Materia em Antropologia Cultural e colabora com a Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI-AC) como orientadora das pesquisas dos Agentes Agroflorestais Indígenas em formação. Atualmente, trabalha para o Ministério das Relações Exteriores da Itália como professora no Istituto Comprensivo Statale Italiano de Barcelona, Espanha.

RESUMO: Este artigo analisa o processo de formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas, uma categoria profissional voltada à gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas e de seus entornos. A pesquisa situa-se na Amazônia Ocidental brasileira, com ênfase no estado do Acre. Investiga-se como esses agentes, pertencentes a povos de letramento recente, fazem uso dos diários de trabalho para registrar, em línguas indígenas e em português, práticas sociais, culturais e ambientais que compõem seus percursos formativos e profissionais. Os diários, compostos por textos, mapas e desenhos, revelam uma geograficidade específica, ancorada na experiência cotidiana do agente agroflorestal e em sua relação com o território. Tais registros atribuem novos sentidos sociais ao uso da escrita alfabética, à representação cartográfica e aos desenhos figurativos, que, ao serem apropriados pelas comunidades, passam a integrar as dinâmicas culturais locais. Nesse contexto, os diários configuram-se como dispositivos pedagógicos, culturais e políticos, permitindo a expressão da estética indígena, a documentação de saberes e a reinscrição de suas histórias por meio de narrativas próprias.

PALAVRAS-CHAVE: Agentes agroflorestais indígenas. Cartografia cultural. Educação indígena. Gestão territorial. Diários de trabalho.

RESUMEN: Este artículo analiza el proceso de formación de los Agentes Agroforestales Indígenas, una categoría profesional orientada a la gestión territorial y ambiental de las tierras indígenas y sus entornos. La investigación se sitúa en la Amazonía Occidental brasileña, con énfasis en el estado del Acre. Se investiga cómo estos agentes, pertenecientes a pueblos con alfabetización reciente, utilizan los diarios de trabajo para registrar, en lenguas indígenas y en portugués, prácticas sociales, culturales y ambientales que componen sus trayectorias formativas y profesionales. Los diarios, compuestos por textos, mapas y dibujos, revelan una geograficidad específica, anclada en la experiencia cotidiana del agente agroforestal y en su relación con el territorio. Estos registros atribuyen nuevos sentidos sociales al uso de la escritura alfabética, a la representación cartográfica y a los dibujos figurativos que, al ser apropiados por las comunidades, pasan a formar parte de las dinámicas culturales locales. En este contexto, los diarios se configuran como dispositivos pedagógicos, culturales y políticos, permitiendo la expresión de la estética indígena, la documentación de saberes y la reinscripción de sus historias mediante narrativas propias.

PALABRAS CLAVE: Agentes agroforestales indígenas. Cartografía cultural. Educación indígena. Gestión territorial. Diarios de trabajo.

ABSTRACT: This article analyzes the training process of indigenous agroforestry agents, a professional category focused on the territorial and environmental management of indigenous lands and their surroundings. The research is located in the Western Brazilian Amazon, with an emphasis on the state of Acre. It investigates how these agents, who belong to recently literate groups, use work diaries to record in indigenous languages and in Portuguese social, cultural and environmental practices that make up their educational and professional paths. The diaries, composed of texts, maps and drawings, reveal a specific geographicity, anchored in the daily experience of the agroforestry agent and in their relationship with the territory. Such records attribute new social meanings to the use of alphabetic writing, cartographic representation and figurative drawings, which, when appropriated by the communities, become part of the local cultural dynamics. In this context, diaries are understood as pedagogical, cultural and political devices, allowing the expression of indigenous aesthetics, the documentation of knowledge and the reinscription of their stories through their own narratives.

KEYWORDS: Indigenous agroforestry agents. Cultural cartography. Indigenous education. Territorial management. Work diaries.

Introdução

Antes a gente pensava em só falar a nossa língua, porque já nascemos com ela. Hoje tem a escrita (Kaxinawá, *apud* Grupioni, 2008, p. 11).

Assim como a maioria dos povos indígenas do Brasil, os povos originários do Acre pertencem a uma tradição ágrafa e só passaram a ter contato com a escrita no final do século XIX, com a chegada de migrantes nordestinos envolvidos na extração do látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*). Nesse período, com a consolidação do novo sistema capitalista de produção — o chamado “ciclo da borracha”, parte significativa da população indígena da região foi submetida a um regime de semiescravidão.

Inseridos de forma forçada ou semi-coagida no sistema de aviamento, um modelo de crédito baseado na troca de mercadorias por produtos extraídos, os indígenas passaram a depender dos seringalistas, que forneciam bens de primeira necessidade em troca da borracha coletada. Entre os itens mais comuns estavam: ferramentas de trabalho (como machados e facões), armas e munições, alimentos industrializados (sal, café, açúcar, arroz), roupas e tecidos, utensílios domésticos, produtos de higiene e remédios básicos, além de bebidas alcoólicas, especialmente a cachaça.

A borracha extraída era entregue ao patrão do seringal, que registrava em livros tanto a quantidade produzida quanto os produtos “pagos” em troca, quase sempre com preços inflacionados, gerando endividamento e dependência contínua. Nesse contexto, a escrita passou a ser percebida pelos indígenas como uma ferramenta de grande valor, vista como essencial para evitar fraudes e garantir trocas mais justas. Esse interesse crescente pelo domínio da escrita é mencionado por Castelo Branco (1950) em crônica etnográfica sobre os Huni Kuĩ (Kaxinawá) do rio Jordão.

[...] eles pedem para escrever num papel os nomes e apelidos deles e, quando satisfeitos, ficavam muitos alegres, guardando cuidadosamente esses papéis por os considerarem muitos preciosos, talvez por notarem a precaução com a qual os seringueiros conservavam as contas recebidas dos patrões (Castelo Branco, 1950, *apud* Monte, 1996, p. 72).

No início da década de 1980, logo após a demarcação de suas terras, foram esses mesmos indígenas que procuraram a Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI-Acre) com o pedido de serem alfabetizados. A introdução da escrita entre os povos indígenas do Acre, promovida pelas chamadas escolas da floresta, marcou um rompimento com as antigas relações sociais de

cativeiro estabelecidas desde meados do século XIX. Esse processo resultou em uma profunda valorização da escrita alfabética, vista como um instrumento de renovação da identidade social e de enfraquecimento do sistema de exploração imposto pelo capital regional sobre os povos indígenas, historicamente inseridos como classes trabalhadoras do extrativismo (Monte, 1996, p. 75).

Se para alguns povos indígenas, a escrita é uma prática conhecida há muitas gerações, para outros, a escrita, e a escrita na própria língua, é uma conquista nova, recente e com impactos importantes não só para a manutenção da diversidade linguística presente no país ainda nos dias de hoje, mas inclusive para o fortalecimento do sentimento de pertencimento étnico de muitos desses povos (Grupioni, 2008, p. 13).

Para os povos indígenas do Acre, a conquista da língua escrita é um processo relativamente recente. Essa conquista se concretizou com a implementação das escolas indígenas, no contexto do projeto “Uma Experiência de Autoria”, desenvolvido pela CPI/Acre. O objetivo do projeto era encontrar formas de expressar e fortalecer as práticas de emancipação política e linguístico-educacional dos povos indígenas. Para Luciano (2017, p. 309) “a manutenção escrita ou falada de uma língua indígena é um verdadeiro ato de resistência sociopolítica, que busca uma relação de reconhecimento e de respeito, ainda que de modo subalterno ou assimétrico”.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo e compreensivo, buscando compreender as experiências e práticas dos agentes agroflorestais indígenas do Acre a partir de suas próprias perspectivas. O estudo reconhece a centralidade da escrita, do desenho e do mapeamento como instrumentos não apenas de registro, mas também de reflexão, planejamento e expressão cultural. Nesse sentido, privilegia-se a interpretação das práticas cotidianas e dos registros produzidos pelos próprios sujeitos, valorizando suas formas de conhecimento e de organização social e territorial.

O trabalho combina diferentes tipos de pesquisa. Primeiramente, trata-se de uma pesquisa documental, ao analisar os diários de trabalho dos agentes agroflorestais, que registram detalhadamente atividades agroflorestais, práticas de manejo ambiental, eventos comunitários, relações sociais e percepções sobre o território. Em paralelo, a pesquisa possui caráter bibliográfico, ao dialogar com referências em educação intercultural, história indígena,

cartografia cultural e geografia crítica, permitindo situar os registros em contextos históricos, educacionais e socioculturais mais amplos. Por fim, caracteriza-se como uma investigação de natureza etnográfica, na medida em que interpreta narrativas, mapas e desenhos como expressões de um olhar indígena sobre o espaço, a memória e a experiência cotidiana.

Cabe destacar que os diários de trabalho têm caráter institucionalizado: quando completados, são entregues à Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI/Acre), integrando formalmente o processo de formação dos agentes agroflorestais. Assim, esses registros não funcionam apenas como documentação pessoal, mas constituem parte da avaliação e do desenvolvimento pedagógico da formação dos agentes.

A fundamentação metodológica parte da premissa de que os diários de trabalho constituem documentos híbridos, combinando escrita alfabética, desenhos e mapas, capazes de registrar experiências cotidianas, saberes ecológicos e práticas socioculturais. O uso sistemático de mapas nos diários é tratado como método de análise e comunicação espacial, permitindo que os agentes interpretem, registrem e planejem a gestão de seus territórios. Essa prática evidencia a integração entre conhecimento científico e saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que fortalece o protagonismo indígena na gestão territorial, na preservação ambiental e na valorização cultural.

Dessa forma, a pesquisa reconhece os diários como instrumentos de resistência sociopolítica e cultural, ao documentarem processos históricos, experiências cotidianas e estratégias de fortalecimento comunitário. A análise qualitativa desses registros permite compreender não apenas as técnicas e atividades desenvolvidas, mas também os sentidos simbólicos, éticos e estéticos atribuídos pelos agentes ao território, à escrita e à própria ação educativa, consolidando uma abordagem que alia rigor científico à valorização das perspectivas indígenas.

Os Agentes Agroflorestais Indígenas e a escrita em seus diários de trabalho

Os agentes agroflorestais indígenas, formados pela Comissão Pró-Indígenas do Acre (CPI/Acre), são preparados para assumir o protagonismo na gestão territorial e ambiental de suas terras e de seu entorno. A formação desses agentes se baseia em uma proposta pedagógica fundamentada nos princípios da educação intercultural, desenvolvida ao longo dos últimos 40 anos no contexto indígena brasileiro (Vivan *et al.*, 2002, p. 58).

A maioria dos agentes são jovens e adultos pertencentes a 13 diferentes povos indígenas da região. Eles desempenham um papel essencial na promoção do desenvolvimento comunitário local, com foco na soberania alimentar. Para isso, atuam na criação de alternativas produtivas que diversificam as fontes de alimento e fortalecem a subsistência das comunidades (Monte, 2003, p. 12; Gavazzi, 2016, p. 9). A experiência dos agentes agroflorestais no Acre se destacou como pioneira na gestão das Terras Indígenas, tornando-se um modelo de referência para outras regiões do Brasil.

A maioria dos agentes agroflorestais indígenas foi alfabetizada por professores indígenas nas escolas implantadas nas aldeias desde o início da década de 1980. Eles representam uma nova geração de jovens indígenas do Acre que expressa os resultados dos processos escolares voltados à aquisição da escrita, da segunda língua e de outros conhecimentos, técnicas e demandas oriundas do contato com a sociedade nacional.

Sua formação escolar foi bilíngue e intercultural, voltada para o desenvolvimento linguístico tanto na língua indígena quanto no português, nas modalidades oral e escrita. Além disso, receberam noções básicas de matemática, essenciais para lidar com as relações de contato, bem como introduções a conceitos e técnicas de geografia, história e ciências naturais.

Por isso, ao ingressarem no programa de formação de agentes agroflorestais, muitos desses jovens já estavam alfabetizados e possuíam uma base educacional que facilitou seu engajamento nas atividades do curso.

Quando, em 1996, foi introduzido o uso do diário de trabalho nas atividades de formação dos agentes agroflorestais, a intenção inicial era aprimorar e (re)elaborar o processo de aquisição da língua escrita, atendendo a uma demanda expressa pelos próprios participantes. A proposta era que os diários servissem como instrumento para formular intervenções em suas comunidades - entre elas, a implementação e o manejo de Sistemas Agroflorestais (SAFs), que começavam a ser desenvolvidos naquele período (Gavazzi, 2012, p 59).

No entanto, o uso dos diários acabou tomando um rumo mais amplo e significativo. O interesse dos indígenas pela escrita e o fascínio que a língua escrita passou a exercer nas comunidades superaram a função inicial de simples registro das atividades agroflorestais. Dentro desse processo de formação formal, os diários tornaram-se um espaço de reflexão e recriação. Muitos agentes passaram a utilizar tanto a língua portuguesa quanto as línguas indígenas para reinterpretar e transmitir seus saberes e experiências históricas, ressignificando práticas e conhecimentos (Scaramuzzi, 2008, p. 9).

[...] A gente sempre aprende mais no curso e no registro do diário também. Se a gente não escreve no diário, é meio difícil aprender. Para a gente aprender, depende do interesse de alcançar o que nós queremos. Comecei a escrever no meu diário para fortalecer e registrar o meu trabalho, para mostrar que tenho capacidade de fazer muitas coisas. O que falta pra nós é mais oportunidade de mostrar o nosso valor. Faço meu diário para não esquecer, quando ficar velho. Quando tiver o nosso caderno publicado, as pessoas vão poder saber como nós iniciamos o nosso trabalho, como vem acontecendo a nossa formação. Eu gosto de escrever, me sinto bem, acho bonito as pessoas que escrevem, que fazem desenho. Acho que é também uma maneira de mostrar a nossa opinião, de levar a nossa ideia para outro lugar. O diário é como uma carta, leva a nossa palavra, nossa história para muitos lugares, é isso que eu penso (Kaxinawá *apud* Gavazzi, 2012, p. 58).

Quando anotam as próprias atividades nesses cadernos, aprimoram, reelaboram e desenvolvem o processo da aquisição da língua escrita. Por meio de desenhos e da escrita, registram e divulgam a grande variedade de ações realizadas nas Terras Indígenas, como por exemplo, todo o processo de implementação e manejo da agrofloresta nas próprias comunidades, ou as ações de vigilância e fiscalização das Terras Indígenas. Registram também os acontecimentos do dia a dia, fixando na escrita a memória do seu trabalho e do cotidiano da aldeia (Gavazzi, 2017, p. 1).

Geograficidades nos diários de trabalho

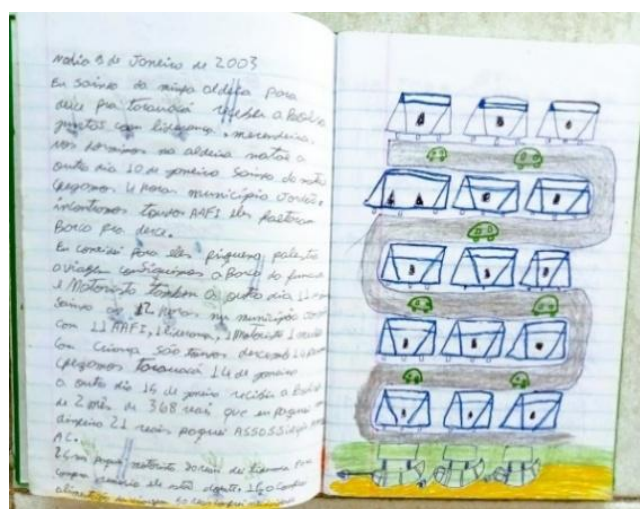
O mapa é o espelho da nossa comunidade, serve para mostrar o que aprendemos, ajuda na compreensão do território (Kaxinawá *apud* Gavazzi, 2012, p. 150).

Em seus diários de trabalho, os agentes agroflorestais indígenas registram as diversas formas de uso, manejo e conservação dos recursos naturais que utilizam. Anotam também sua relação com a terra, a floresta e a comunidade, além de descreverem como desenvolvem as atividades sob sua responsabilidade (Figura 1). Esses registros revelam como o território é utilizado por meio de caçadas, pescarias, cultivo dos roçados, coleta de recursos naturais, práticas agroflorestais, reuniões, mutirões comunitários, viagens, pesquisas, rituais e festas (Figura 2).

Nas atividades agroflorestais, os agentes indígenas registram as características do relevo das Terras Indígenas onde diferentes modelos de agrofloresta estão sendo implementados. Documentam como é feito o manejo dos roçados, dos quintais agroflorestais, dos sistemas

agroflorestais e dos parques medicinais³. Muitos dão nomes aos seus sistemas, realizam o censo das espécies cultivadas, identificam quem participou do trabalho, como foi conduzido o manejo, quanto tempo levou, o que foi plantado e de onde vieram as sementes utilizadas para enriquecer e diversificar seus modelos produtivos. Também descrevem como ocorrem a distribuição e as trocas de mudas e sementes entre si, práticas que constituem um verdadeiro intercâmbio de material genético.

Figura 1 – Diário de trabalho que relata a viagem que o AAFI fez à cidade do Jordão, Antonio Domingos Keã Huni Kuĩ (2003)



Fonte: Comissão Pró Indígenas do Acre – CPI- Acre.

³ Os parques medicinais são lugares onde os pajés, junto com os AAFIs e comunidades, desenvolvem o cultivo de várias espécies de plantas medicinais que recolhem em diferentes partes da floresta e onde realizam o tratamento de pajelança para cura de determinadas enfermidades.

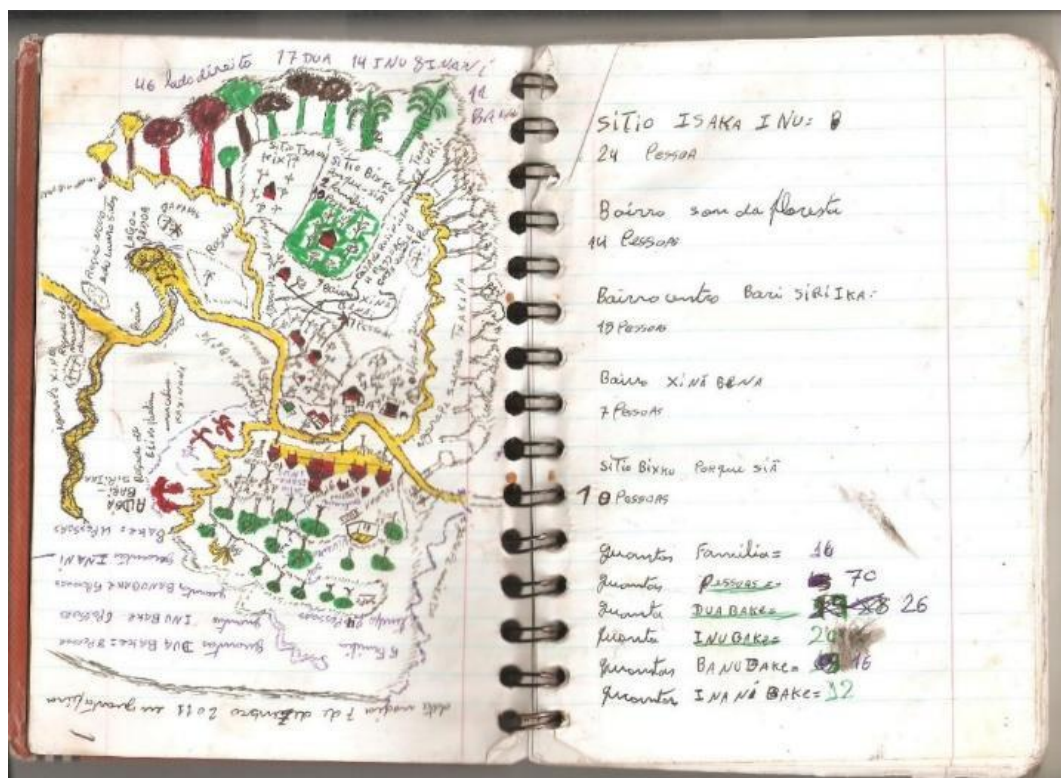
Figura 2 – Diário de trabalho que registra a produção de melancia na praia, Acelino Sales Huni Kuĩ (2005)



Fonte: Comissão Pró Indígenas do Acre – CPI – Acre.

Nas atividades de monitoramento ambiental, muitos registram o uso das palheiras para a cobertura de casas, os passeios, os conflitos, as reuniões realizadas nas comunidades e fora delas, quem e quanto(a)s participam delas. Também registram as pautas referentes às reuniões comunitárias alusivas à implementação dos planos de gestão territorial e ambiental em suas comunidades e como se dão as relações sociais e políticas entre eles, a comunidade, o município e o Estado (Figura 3) (Gavazzi, 2012, p. 61).

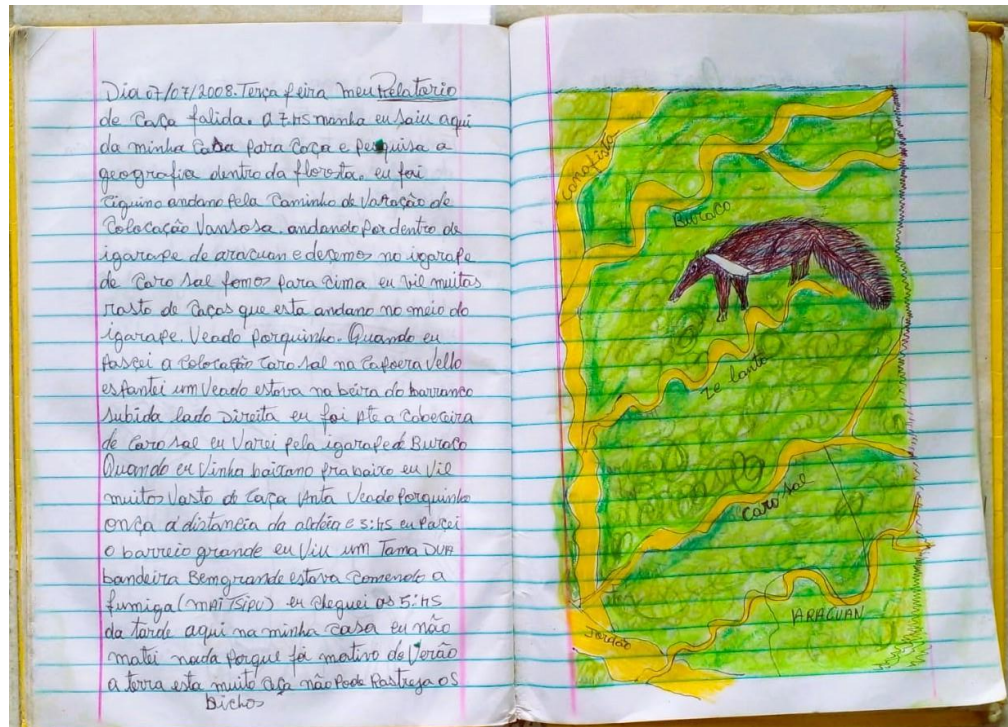
Figura 3 – Diário de trabalho com o mapa da aldeia Bari da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão – Acre, Pedro Biló Huni Kuĩ (2011)



Fonte: Comissão Pró Indígenas do Acre – CPI – Acre.

Muitos dos diários de trabalho se configuram como verdadeiros registros geográficos das Terras Indígenas. Neles, são transmitidas intensas experiências humanas e revelados mundos profundamente distintos das paisagens já conhecidas, ao retratar a vida nas profundezas da floresta Amazônica (Figura 4). Esses cadernos funcionam como pequenos atlas geográficos, repletos de mapas desenhados que indicam estilos de vida nas comunidades, relações sociais que ultrapassam os limites da aldeia e da sociedade envolvente, histórias dos diferentes lugares representados, formas de manejo ambiental e os significados simbólicos associados a esses espaços, elementos que dialogam com dimensões do conhecimento ainda desconhecidas pela ciência ocidental

Figura 4 – Diário de trabalho – atividade de caçada localizando cinco igarapés que desembocam no rio Jordão – Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão – Acre, José Rodrigues Paiva Shane Huni Kuĩ (2008)



Fonte: Comissão Pró Indígenas do Acre – CPI – Acre.

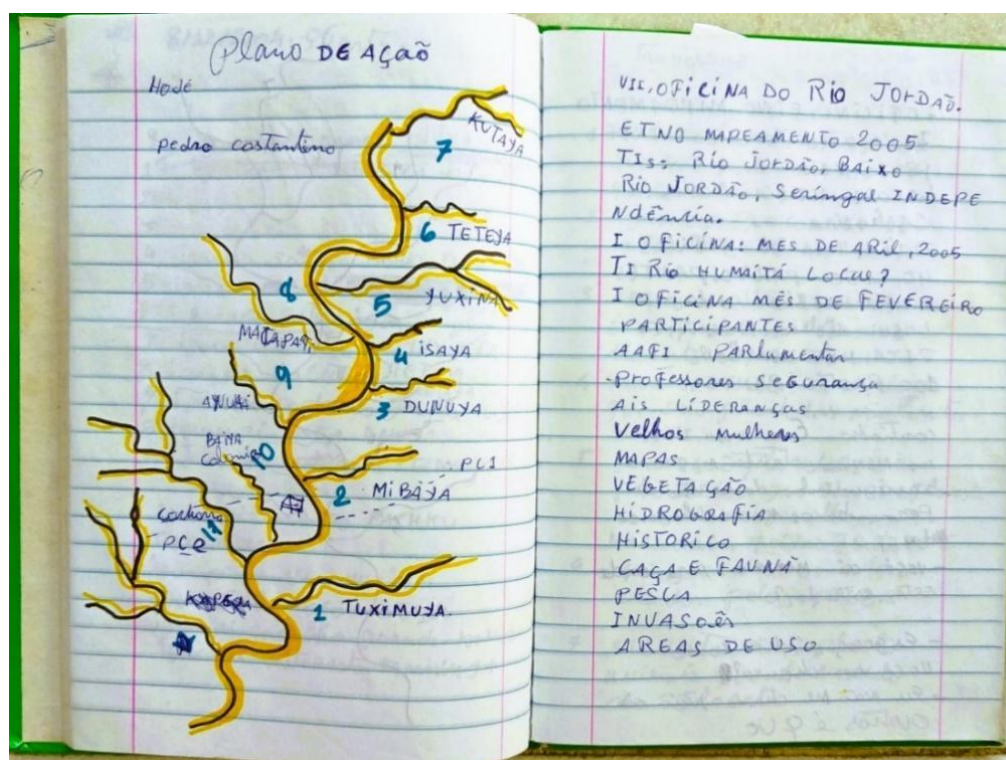
O diário de trabalho funciona como uma ferramenta para entender a realidade e as experiências humanas, moldadas pelo tempo, ganham voz na escrita — espelho sensível da alma do autor, que revela, em cada linha, seu modo único de ver e sentir o mundo (Silva; Bovo, p. 246, 2023). Essa prática de criar diversos mapas em seus diários resulta do estudo da disciplina de Cartografia Indígena, presente no currículo de formação, na qual as atividades de mapeamento são bastante intensas.

Mapa é um instrumento de estudo, é um registro muito importante que identificamos muitas coisas que tem na terra indígena. Mostra o tamanho da terra, onde ficam os limites, onde localizam as aldeias, quantos igarapés têm dentro da terra indígena, quantos poços têm, quantos lagos têm, quantas praias produtivas, quantos pique de caçada, nomes dos igarapés, nome dos lagos, nome dos poços, acampamento, barreiro, área campestre, área de refúgio de caça e pesca, enfim com isso você consegue trabalhar com o plano de gestão territorial e ambiental, tanto com a fauna, e flora. Ajuda a conscientizar a comunidade, trabalhando em cima do mapa, em cima dos acordos feitos nas oficinas, unindo em busca de conhecimento. Fortalece a cultura tradicional, localiza as sementes tradicionais, ajuda no monitoramento ambiental e nas pesquisas. O mapa também pode unir com as pessoas do entorno para fazer fiscalização na época da piracema, cuidar do lixo. Mapa focaliza várias atividades que a gente vem fazendo, ajuda a entender o nosso trabalho com sabedoria em relação a gestão do nosso território. Mapa ajuda muito os alunos

a conhecer melhor a nossa realidade de acordo de como a gente está articulando junto para fazer a gestão do nosso território, para a nossa sobrevivência como por exemplo, o plantio de sementes nativas, madeira de lei, sistemas agroflorestais comunitários, criação de animais domésticos e silvestres todas as dicas que o no mapa mostra é muito importante para todos. (AAFI Flaviano Medeiros Ixã Huni Kuĩ *apud* Gavazzi, 2008).

Um dos aspectos que chama a atenção nos mapas é a água, que estamos acostumados a ver representada em cor azul, mas no caso dos mapas dos indígenas do Acre, ela é representada em amarelo (Figura 5), cor mais próxima da tonalidade real das águas barrentas dos rios e igarapés, e não muito diferente do que se pode apreciar em uma imagem de satélite (Gavazzi, 2003, p. 117, Seemann, 2020, p. 34). A água de cor amarela nos mapas é resultado da convenção que os professores indígenas criaram nos cursos de Geografia no início da década de 1990 para construir suas legendas próprias em seus mapas.

Figura 5 – Diário de trabalho – mapa hidrográfico da Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, Arlindo Maia Tene Huni Kuĩ (2006)

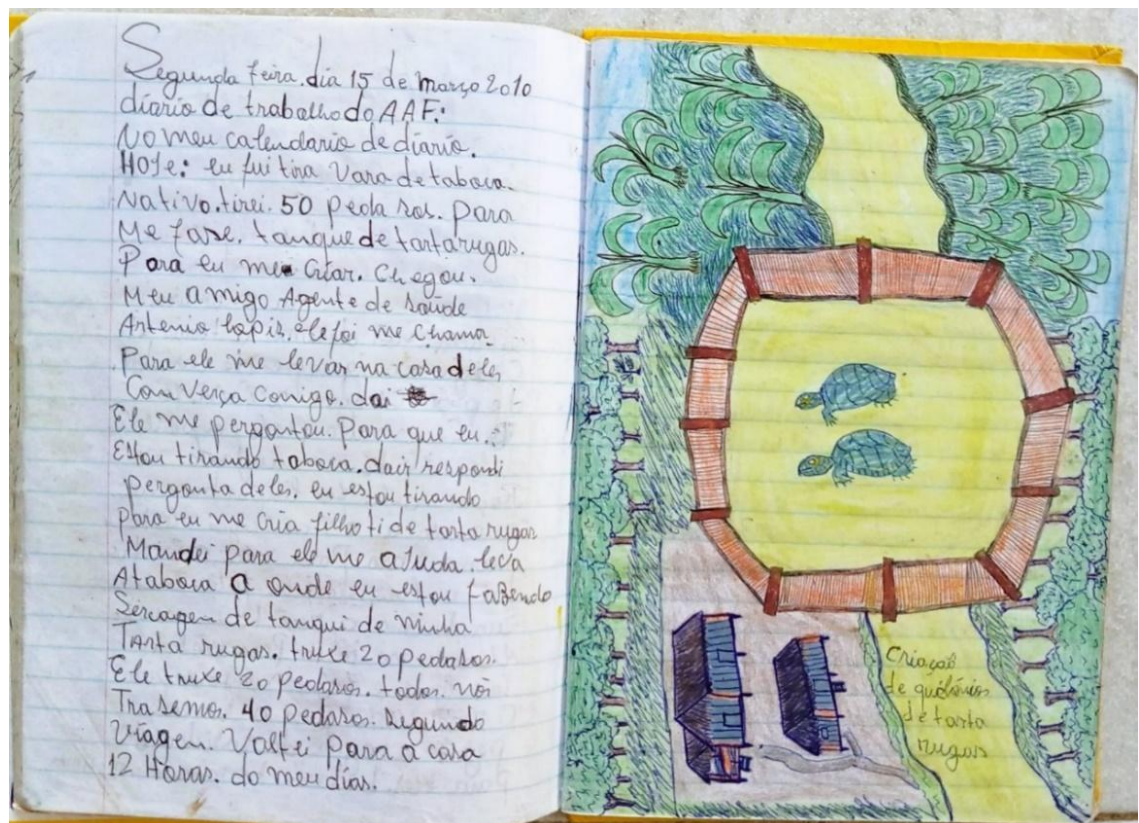


Fonte: Comissão Pró Indígenas do Acre – CPI – Acre.

Para os agentes agroflorestais, “tudo que é espacialmente concebível pode ser mapeado” (Robinson; Petchenik, 1976, *apud* Seemann, 2010, p. 115) e eles têm produzido diferentes tipos de mapas em seus diários, cada um refletindo um ponto de vista particular e acompanhado por

pequenos textos relacionados às atividades realizadas por eles ou pela comunidade. Esses mapas são ricos em detalhes e informações precisas, não apenas sobre a topografia e geografia, mas também sobre diversos outros aspectos que abrangem seus territórios (Figura 6). O uso de mapas nos diários de trabalho, embora relativamente recente na vivência dos povos indígenas, resulta de um processo em constante construção. Essa prática revela como os agentes agroflorestais vêm atribuindo um sentido social ao mapa, integrando-o de forma cada vez mais orgânica à dinâmica de suas atividades, como uma ferramenta fundamental para a gestão territorial.

Figura 6 – Diário de trabalho indicando a área onde o agente agroflorestal realiza a criação de tartaruga e tracajá em sua comunidade – Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, Acre, Raimundo Ixã Kaxinawá (2000)



Fonte: Comissão Pró Indígenas do Acre – CPI – Acre.

O ato de desenhar diferentes tipos de mapas nos diários contribui significativamente para o conhecimento dos agentes agroflorestais, no sentido de refletirem e (re)discutirem seus trabalhos nos territórios, fazendo do mapa um importante instrumento de planejamento e de atuação política. Os mapas desenhados nos diários revelam as atividades que realizam, localizam lugares por onde passaram, destacando os rios, os igarapés, os lagos, os roçados, as viagens para distribuir sementes a outros agentes, as viagens para as comunidades, para a cidade

mais próxima ou mesmo à capital (Rio Branco). Localizam também os plantios diretos de sementes de frutas nos varadouros (trilhas), as ações de autodemarcação, as áreas de criação de quelônios (tracajá e tartaruga), as construções de galinheiros, as aldeias, as estradas de seringas, as caminhadas pela floresta, as coletas de recursos naturais, como por exemplo a de palha para a cobertura de casas ou para confeccionar as vestimentas para as festas na aldeia (Figura 7).

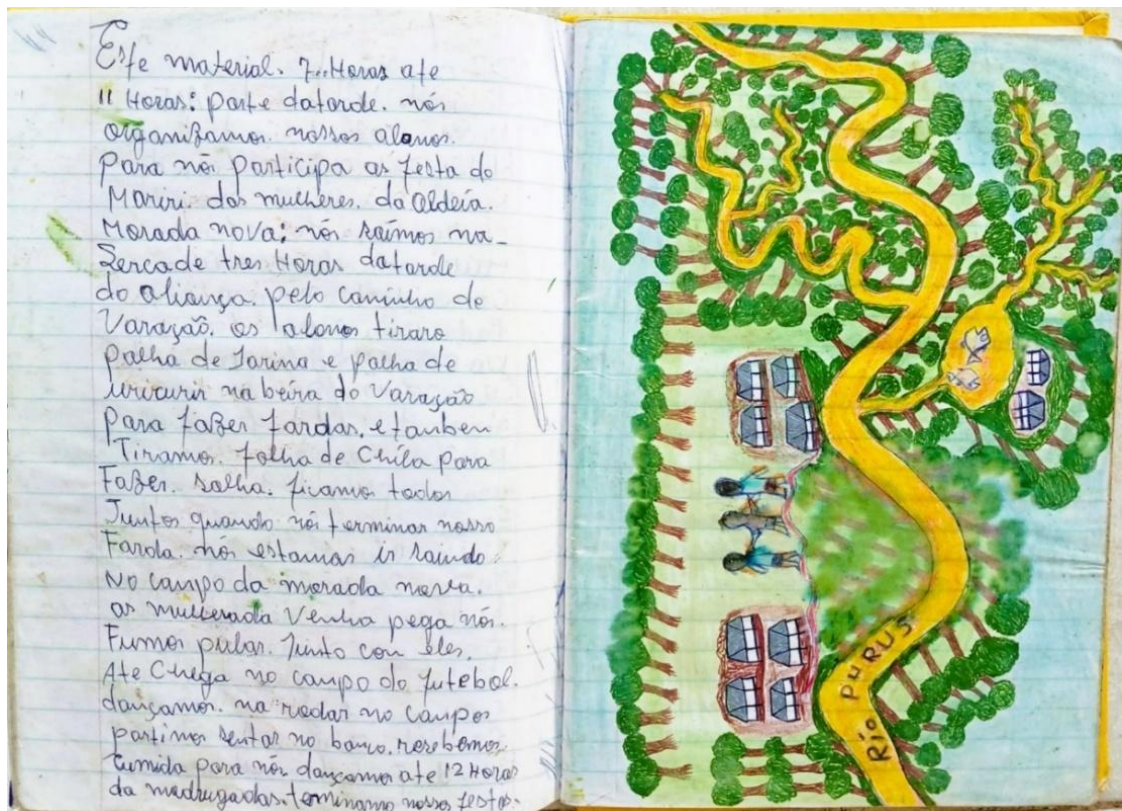
Dia 01 de agosto de 2006 - terça feira - relatório de atividade de caçada. Hoje terça feira às 7:00 horas da manhã, eu fui caçar com o meu filho Francisco Célio Siã. Eu vi muitas coisas, fomos pela direção do igarapé de Caroazal, encontrei muitas sementes de mogno, ajuntei 80 caroços de sementes. Aí eu fui andando mais na frente atravessamos o igarapé Caroazal, senti o pixé de porco que já passou bem de manhã. Descemos pelo igarapé Tigelão, subimos e vimos rastros de porquinho. Vimos também rastro de veado novo que estava andando no igarapezinho do Tigelão. Quando fiquei parado de andar, vi um barulho de porquinho que vem atravessando o igarapé, já vem descendo, eram só dois porcos. Aí atirei, ele caiu no mesmo canto. Quanto matei esses porquinhos já era 10:20 horas. Aí tirei o coró e saímos de lá, cheguei em casa à 1 hora (Diário de trabalho do José Rodrigues Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

As narrativas detalhadas presentes nos diários nos conduzem por um percurso pela geografia das Terras Indígenas. A interseção entre geografia e literatura se estabelece por meio da abordagem cultural na geografia, quando os Agentes Agroflorestais Indígenas realizam o mapeamento e a descrição das paisagens naturais e culturais, documentando suas incursões pela floresta em atividades como caça, pesca e agricultura, além das viagens fluviais realizadas em canoa ou batelão, tanto rio acima quanto rio abaixo, bem como as relações interpessoais e os desafios inerentes ao trabalho e à vida cotidiana. Esses registros configuram um gesto literário e, em certas situações, os diários podem ser caracterizados como narrativas poéticas. No trecho a seguir, o agente agroflorestal Raimundo Ixã apresenta comentários sobre a atividade de um jovem aluno durante uma saída para caça (Gavazzi, 2012, p. 62).

26 de agosto de 1999 - A caçada de aluno na aldeia. Pela parte das 6:00 horas da manhã, Lourenço Domingos se levantou da dormida. Ele foi avisar pai para ir pastorear cutia na comida de ouricuri, caída na beira do nosso roçado. No lado do rio atravessando, começou cantar um passarinho bem-te-vi, bem amarelinho, sentada na beira do rio num galho de goiaba seco, sentado adivinhando o sol. Também veio cantoria de tucano, adivinhando queixada. O aluno falou pela cantoria dos dois pássaros, tucano e bem-te-vi, ora você me mande uma caça pela minha sorte. Ele entrou pela boca do caminho, encontrou um gavião real sentado num galho de copaíba na altura de 500 metros. Ele atirou com uma espingarda calibre 20. O gavião caiu com peito pra cima. Ele correu atrás, pegou um pedaço de pau caído para matar o gavião (Diário de trabalho de AAFI Raimundo Ixã Kaxinawá – TI Kaxinawá do Rio Jordão).

A prática de elaboração de mapas nos diários de trabalho caracteriza-se pela naturalidade, liberdade e informalidade, evidenciando a ausência de técnicas acadêmicas convencionais, como perspectiva, composição e uso padronizado das cores. Ainda assim, esses mapas revelam, com notável beleza e expressividade, uma visão de mundo que traduz o saber e a habilidade dos povos indígenas, tanto no campo das artes plásticas quanto na leitura profunda dos ecossistemas e da biodiversidade local (Gomide; Gavazzi, 2008, p. 60).

Figura 7 – Diário de trabalho – registrando a coleta de palhas para confeccionar vestimentas para uma festa na comunidade – Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão – Acre
Raimundo Ixã Kaxinawá (2000)



Fonte: Comissão Pró Indígenas do Acre – CPI – Acre.

Ao longo da história da Cartografia, diversas conexões entre arte e ciência são evidentes, e os mapas e imagens do território registrados nesses cadernos representam uma harmoniosa união entre ambos os campos. A arte confere aos mapas sua beleza e poeticidade, enquanto a ciência lhes assegura funcionalidade e precisão. Para os agentes agroflorestais, a confecção desses mapas ainda se configura como uma verdadeira “aventura”, impregnada de um encanto que se perdeu nos mapas contemporâneos, nos quais a capacidade de traduzir sonhos em representações cartográficas tornou-se rara (Cowan, 1997).

O que mais nós sonhamos para o futuro, é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito, que o Brasil se responsabilizasse junto com a gente, e faça a abertura da linha da fronteira. [...] Queremos uma área, onde a gente possa fazer os nossos caminhos; nossos roçados, para plantar os nossos legumes, fazer as nossas moradias e também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse (Ashaninka, 2004).

Essas manifestações culturais, expressas por meio dos registros escritos e dos desenhos cartográficos referentes às Terras Indígenas, configuram uma prática educacional que fortalece as relações entre o trabalho dos agentes agroflorestais e a valorização da língua, dos saberes geográficos, ecológicos e culturais, com referência direta ao cotidiano e ao ambiente. Esses diários visam ampliar e potencializar o uso da palavra escrita, do mapa, do desenho e das imagens, elementos historicamente silenciados e marginalizados nas relações entre os povos indígenas, a sociedade nacional e o Estado ao longo de cinco séculos (Monte, 2000, p. 123).

Considerações finais

Nos diários de trabalho, os agentes agroflorestais registram de forma contínua as ações cotidianas e os resultados de suas atividades nas Terras Indígenas, possibilitando o aprimoramento dessas práticas por meio do diálogo com outros agentes e com seus formadores. Quando lidas, escritas e debatidas coletivamente, as informações e reflexões contidas nesses cadernos contribuem para o planejamento e a avaliação das ações realizadas, além de favorecerem a compreensão das condições em que se originam e se desenvolvem os desafios enfrentados pelos agentes e suas comunidades. Esses registros também revelam o potencial transformador inerente à continuidade dos processos formativos.

O diário de trabalho, enquanto expressão de um olhar etnográfico do próprio indígena sobre sua realidade, evidencia a emergência e a importância de um novo sistema artístico de registro e armazenamento de informações. Ao apropriar-se da tecnologia da escrita, o indígena a integra como um recurso complementar à sua cultura, utilizando-a para expressar sua estética, documentar experiências e revisitar suas histórias a partir de uma perspectiva própria e autônoma.

A expressiva quantidade de mapas, manifestações culturais registradas nos diários, evidencia a competência cartográfica dos agentes agroflorestais na interpretação, representação e análise do espaço geográfico de seus territórios. O uso sistemático dos mapas nesses registros tem se consolidado como uma ferramenta fundamental para o planejamento das ações de gestão territorial e ambiental. É por meio das atividades de mapeamento das Terras Indígenas, das

aldeias e das práticas cotidianas que se desencadeiam processos de reflexão, debate e mobilização comunitária, voltados à implementação de métodos mais sustentáveis e organizados no uso da terra, na gestão dos recursos naturais, na produção de alimentos e na proteção da biodiversidade e do território.

Esses documentos não se materializam unicamente por meio da escrita alfabética; os acontecimentos vivenciados pelos autores são igualmente registrados por meio de desenhos e mapas. Tais imagens transcendem a função de simples ilustrações ou elementos de apoio visual às narrativas escritas — elas se configuram como textos autônomos, capazes de expressar, de forma própria e significativa, modos particulares de existência e de relação com o mundo.

Os diários onde quase tudo é registrado com precisão, não escapando nada aos olhos atentos dos agentes agroflorestais. Como verdadeiros escribas da floresta, eles se revelam escritores, cartógrafos, contadores de histórias, poetas e agricultores. Em suas anotações, vemos a construção de novos futuros e a reinvenção de formas diversas de compreender o mundo e a vida, por meio da escrita e dos mapas que expressam o pensamento indígena sobre o território e sua relação com a terra. O encantamento e o entusiasmo desses agentes agroflorestais indígenas com a escrita — que lhes permite registrar o tempo e o espaço, documentar a vida no papel e perpetuar acontecimentos — estão evidentes na abundância de diários de trabalho que utilizam. Esses cadernos não são apenas ferramentas técnicas, mas também expressões sensíveis de um modo de viver e pensar enraizado no território.

REFERÊNCIAS

- BILÓ HUNI KUÏ, Pedro. **Diário de trabalho**. Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, Aldeia Bari, Acre, 4 mar. 2011 – 19 dez. 2011. Documento pessoal (inédito).
- COWAN, James. **A mapmaker's dream**: The meditations of Fra Mauro, cartographer to the court of Venice. Londres: Shambhala, 1997.
- GAVAZZI, Renato Antonio. **Agrofloresta e cartografia indígena**: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, SP, 2012.
- GAVAZZI, Renato Antonio. Educação ambiental para professores da Amazônia. In: LITTLE, Paul Elliott. (org.). **Políticas ambientais no Brasil** – análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB; Peirópolis, 2003. p. 115–128.
- GAVAZZI, Renato Antonio. **O papel dos Agentes Agroflorestais Indígenas na gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas no Estado do Acre**. Brasília: Comissão Pró-Índio do Acre, Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena, 2016.
- GAVAZZI, Renato Antonio. Por uma estética orgânica. In: ALMEIDA, Maria Inês. (org.). **Samaúma - Revista da AMAAIAC**: edição comemorativa dos 20 anos da categoria dos Agentes Agroflorestais Indígenas. Brasília: Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, 2017. p. 1–15.
- GAVAZZI, Renato Antonio. **Relatório do XV Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre**: disciplina de gestão territorial. Rio Branco: Centro de Formação dos Povos da Floresta, Comissão Pró-Índio do Acre, 2008. Mimeografado.
- GOMIDE, Maria Lucia Cereda; GAVAZZI, Renato Antonio. Arte em aquarela na formação de Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre. In: ALMEIDA, Maria Inês. (org.). **Tabebuia Ipê** – Índios, Pensamento, Educação. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 56–61.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Tempos de escrita**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, Funai, 2008.
- IXÃ KAXINAWÁ, Raimundo Paulo. **Diário de trabalho**. Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, Aldeia Natal, Acre, 12 ago. 1999 – 30 mar. 2000. Documento pessoal (inédito).
- KEÃ HUNI KUÏ, Antonio Domingos. **Diário de trabalho**. Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, Aldeia Fortaleza, Acre, 4 mar. 2011 – 20 fev. 2003 Documento pessoal (inédito).
- LUCIANO, Gersem José dos Santos. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. **Saberes e Identidades**: Povos, Culturas e Educações – Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 26, n. 62/1, 2017. p. 295–310.
- MONTE, Nietta Lindenbergh. E agora, cara pálida? Educação e povos indígenas, 500 anos depois. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, 2000. p. 118–133.

MONTE, Nietta Lindenberg. **Escolas da Floresta** – entre o passado oral e o presente letrado. Rio de Janeiro: Editora Multiletra, 1996.

MONTE, Nietta Lindenberg. **Novos frutos das escolas da Floresta** – registros de práticas de formação. Rio de Janeiro: Independente, 2003.

PINHEIRO KAXINAWÁ, Aldenir Mana Paulino. **Diário de trabalho**. Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, Aldeia Nova Aliança, Acre, 20012. Documento pessoal (inédito).

SALES HUNI KUÏ, Acelino. **Diário de trabalho**. Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Aldeia Cruzeirinho, Acre, 2005. Documento pessoal (inédito).

SCARAMUZZI, Alexandre Badolato. **Índio para índio: a escrita indígena na história**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia e Ciência Social, USP, São Paulo, SP, 2008.

SEEMANN, Jörn. Cartografia e cultura: abordagens para a Geografia Cultural. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. (org.). **Temas e caminhos da geografia cultural**, v. 1. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2010. p. 115–156.

SEEMANN, Jörn. Menino é azul e água no mapa também: cartografia, cores, convenções e cultura. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 19, p. 23–44, 2020.

SHANE HUNI KUÏ, José Rodrigues Paiva. **Diário de trabalho**. Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, Aldeia Verde Floresta, Acre, 20 maio 2006 – 14 ago. 2008. Documento pessoal (inédito).

SILVA, Úrsula Tostes da; BOVO, Marcos Clair. Geografia e Literatura: um olhar sobre a perspectiva interdisciplinar. **Revista de Geografia – PPGRO**, Juiz de Fora, p. 295–359, 2023. DOI: <https://doi.org/10.34019/2236-837X.2023.v13.38929>.

TENE HUNI KUÏ, Arlindo Maia. **Diário de trabalho**. Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, Aldeia Belo Monte, Acre, 5 jan. 2005 – 24 abr. 2006. Documento pessoal (inédito).

VIVAN, Jorge; MONTE, Nietta Lindenberg; GAVAZZI, Renato Antonio. **Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em Terras Indígenas do Acre**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente – MMA; Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA; Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7; Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA, 2002.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Não.
 - ☐ **Financiamento:** Não.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - ☐ **Aprovação ética:** O trabalho está vinculado a uma instituição que, desde 1979, atua junto aos povos indígenas do Acre. Sua missão é apoiar essas comunidades na conquista e no exercício de seus direitos coletivos — territoriais, ambientais, linguísticos e socioculturais — por meio de iniciativas voltadas à gestão territorial e ambiental das terras indígenas, à educação intercultural e bilíngue, e à promoção de políticas públicas que respeitem e fortaleçam sua autonomia.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Sim, os dados da pesquisa estão disponíveis no Centro de Divulgação e Pesquisa Indígena, vinculado à Comissão Pró-Indígenas do Acre, localizado na cidade de Rio Branco, no estado do Acre.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Renato Antonio Gavazzi tem uma trajetória consolidada na formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, atuando desde o início do programa em 1996. Com ampla experiência na capacitação de recursos humanos e na interface entre saberes indígenas e conhecimentos técnico-científicos, foi responsável por iniciar a redação deste artigo a partir de suas observações de campo e de sua atuação direta na área da cartografia indígena. Daniela Marchese é pesquisadora e desenvolveu seu doutorado em colaboração com os Huni Kuĩ da Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã. Sua contribuição à pesquisa se deu tanto por meio de diálogos e reflexões conjuntas com o coautor quanto na construção e escrita do texto, enriquecendo a abordagem com sua vivência e aprofundamento teórico junto às comunidades indígenas.
-